

SALVADOR DA PÁTRIA

Em meio a tantas notícias ruins, como a volta da inflação de dois dígitos e a brusca recessão econômica nos grandes centros urbanos, o setor do agronegócio mais uma vez se manteve resiliente e fechou 2015 apenas com leve queda de 0,6%. Mesmo assim, o setor aumentou a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), de 21% para 23%. Para 2016, a expectativa é de cautela com os preços das *commodities*, mas também de otimismo pela abertura de novos mercados.

TEXTO **GUILHERME MEIRELLES**



A tempestade que assolou a economia brasileira em 2015 deixou seus impactos no setor do agronegócio, e nem poderia ter sido diferente. Mas os efeitos foram bem menos devastadores do que se observou em outras áreas, como no caso da indústria e do comércio, que apresentaram os seus piores resultados nos últimos anos. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio (produção, insumos, indústria e serviços) fechou 2015 em R\$ 1,17 trilhão, volume 0,6% abaixo do registrado em 2014, que ficou na casa de R\$ 1,18 trilhão. A queda pode ser considerada suave se comparada com a performance do PIB nacional, que deve apresentar queda de mais de 3% em relação ao ano anterior. Dentro desse cenário, a participação do agronegócio no PIB passou de 21,4% em 2014 para 23% em 2015, quadro que não deve sofrer significativas alterações ao longo deste ano.

A resiliência do setor agropecuário pode ser explicada por três motivos: os fortes investimentos das grandes corporações nacionais e estrangeiras nos últimos anos, resultando em excepcionais índices de produtividade por hectare; os programas governamentais de apoio para modernização de frota e equipamentos; e o crédito generoso oferecido pelos agentes financeiros. No ano passado, colaborou ainda a forte desvalorização do real ante o dólar, que começou janeiro em R\$ 2,50 e encerrou o ano na casa de R\$ 4. A política de desvalorização do real compensou a queda de preços das principais *commodities* – soja, açúcar e café – no mercado internacional, mas causa preocupação às empresas que possuem contratos na moeda americana, como também onera a importação de fertilizantes.

“A CONTÍNUA APLICAÇÃO
DA TECNOLOGIA
GEROU UM MODELO
AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL.
DE 1990 PARA CÁ, A
ÁREA PLANTADA
DE GRÃOS CRESCER
53%, ENQUANTO A
PRODUÇÃO SUBIU 251%”

ROBERTO RODRIGUES,
EX-MINISTRO DA AGRICULTURA



Foto: Fernando Nunes

Há mais de 50 anos acompanhando o desenvolvimento do setor agropecuário, o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura (2003-2006) e atual coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), classifica 2016 como um ano de ajustes, no qual os produtores deverão conviver com um mercado doméstico ainda em baixa e com uma economia global marcada pela desaceleração da China e pela incerteza no comportamento dos juros nos Estados Unidos. “O agronegócio será obrigado a trabalhar com margens

menores de lucro. O abastecimento não será afetado, mas os volumes exportados tendem a cair”, afirma.

O desaquecimento da economia se torna um desafio para os produtores no sentido de buscar novos mercados para escoar suas mercadorias. Apesar do fenômeno climático El Niño – alteração na temperatura da superfície da água do Oceano Pacífico – ter sido o mais rigoroso nos últimos 20 anos, com variações extremas de excesso de chuvas e longas estiagens no Sul e na Região Centro-Oeste, a safra nacional de cereais, leguminosas

e oleaginosas registrou recorde histórico de 209,5 milhões de toneladas, superando em 7,7% o volume alcançado em 2014, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A projeção para 2016 é de novo recorde, na faixa de 210,7 milhões de toneladas. Hoje, a área agricultável está em torno de 57,7 milhões de hectares, sendo que soja, milho e arroz correspondem a 86,3% da área. “A contínua aplicação da tecnologia gerou um modelo agrícola sustentável. De 1990 para cá, a área plantada de grãos cresceu 53%, enquanto a produção subiu 251%”, afirma Rodrigues, que destaca também a regulamentação das sementes transgênicas, em 2003, durante sua gestão, como um marco no crescimento da produção, especialmente da soja e do milho.

De acordo com o estudo “Perspectivas Agrícolas 2015-2024”, produzido em parceria entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO), o País possui todas as condições climáticas e geográficas para se consolidar definitivamente como uma potência mundial no agronegócio. Hoje, o País é o segundo maior produtor mundial de soja, atrás apenas dos Estados Unidos, com uma produtividade média de 3.011/hectare. O Brasil ocupa ainda a primeira posição no fornecimento de açúcar, suco de laranja e café. No mercado doméstico, é capaz de suprir as demandas internas de milho, arroz, carne bovina e aves.

Contudo, peca pelo chamado “Custo Brasil”, que inclui uma excessiva burocracia na liberação de licenças ambientais e na ausência de investimentos no setor logístico, tanto nos transportes rodoviário e ferroviário, como na modernização dos portos. Hoje, praticamente toda a safra agrícola é escoada

pelos portos de Santos (principalmente a soja vinda do Centro-Oeste) e de Paranaguá, com a produção de aves e de grãos da Região Sul. Até dois anos atrás, eram comuns filas de caminhões de até 25 quilômetros ao longo da Via Anchieta e na entrada do município de Santos no período de safra da soja. O problema foi minimizado após a criação de um programa de agendamento de carretas, mas a deficiência no sistema viário permanece. “A logística é o nosso maior gargalo. Os investidores têm interesse pelo Brasil, mas não confiam no governo”, diz Rodrigues.

RECUPERAÇÃO

Além de atrair investidores externos, diz Rodrigues, o Brasil precisa revitalizar setores desgastados nos últimos anos em função de políticas públicas equivocadas, como é o caso do setor sucroalcooleiro. Em decorrência da política de preços administrados da gasolina e do diesel, o setor sucroenergético perdeu força, e somente agora emite sinais de recuperação. Segundo Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), entidade que representa mais de 50% da produção nacional de cana e de 60% de etanol, o ano de 2015 deu um alento ao setor. Com base em janeiro deste ano, a moagem de cana alcançou 594,08 milhões de toneladas, o que representa alta de 4,58% em relação ao igual período de 2015. No acumulado de abril de 2015 até 1º de janeiro de 2016, as vendas de etanol alcançaram 22,89 bilhões de litros – 21,21 bilhões destinados ao abastecimento doméstico e 1,68 bilhão ao mercado internacional. O volume total comercializado na safra 2015/2016 representa um aumento de 23,78% em relação aos 18,49 bilhões de litros comercializados no mesmo período do ciclo anterior.

**ATUALMENTE,
O SETOR
SUCROENERGÉTICO
CONTA COM
371 USINAS
PRODUTORAS E
GERA CERCA DE
900 MIL EMPREGOS
FORMAIS. O BRASIL
É O SEGUNDO
MAIOR PRODUTOR
MUNDIAL DE ETANOL,
PERDENDO SOMENTE
PARA OS EUA**

Segundo a presidente da Unica, o grande diferencial do etanol está no aspecto da sustentabilidade. “A produção de cana-de-açúcar no Brasil é uma das atividades mais sustentáveis do agronegócio mundial, e o etanol produzido é capaz de reduzir as emissões em até 90%, se comparado à gasolina”, diz Farina, por ocasião da 21ª reunião da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), realizada em novembro, em Paris. Atualmente, o setor sucroenergético conta com 371 usinas produtoras e gera cerca de 900 mil empregos formais. Mesmo sendo o segundo maior produtor global de etanol (perdendo apenas para os EUA), o setor registrou uma forte retração após a crise mundial de 2008, com o fechamento de cerca de 50 usinas no País.

FRUTAS

Sem a mesma visibilidade e ainda com pouca participação no agronegócio, a fruticultura tem despertado o interesse do mercado externo, principalmente dos países da União Europeia. Segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), o faturamento do setor cresceu 7%, alcançando cerca de US\$ 700 milhões em 2015. No mesmo período, o volume exportado aumentou 17%. “Queremos alcançar US\$ 1 bilhão até 2020”, afirma Luiz Roberto Barcelos, presidente da Abrafrutas. O carro-chefe das exportações é o melão, produzido nos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, com crescimento gradativo na venda de mangas, limas e limões. Em torno de 85% da produção é direcionada ao continente europeu, principalmente Espanha, Inglaterra e Holanda. A maior demanda por melões se dá em função da mudança das estações – as maiores remessas acontecem durante o inverno euro-

"A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL É UMA DAS ATIVIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS DO AGRONEGÓCIO MUNDIAL, E O ETANOL PRODUZIDO É CAPAZ DE REDUZIR AS EMISSÕES EM ATÉ 90%, SE COMPARADO À GASOLINA"

ELIZABETH FARINA,
PRESIDENTE DA UNIÃO DA
INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR



Foto: divulgação

peu, que coincide com a colheita no verão brasileiro. "Mas precisamos abrir novas frentes e entrar nos mercados de Estados Unidos, China e Japão", diz Barcelos.

Apesar de elogiar o empenho do governo federal na divulgação das frutas brasileiras em eventos no exterior, Barcelos se queixa de políticas mais efetivas quanto ao seguro rural – que afeta principalmente o setor da maçã, concentrado em Santa Catarina, região sujeita às variações climáticas causadas pelo El Niño – e à entrada de pragas vindas de países vizinhos, principalmente da Argentina, como é o caso da mosca-das-frutas. No Brasil, o seguro agrícola contempla apenas perdas causadas pelo clima, enquanto que em países como os EUA, a cobertura se estende até mesmo às variações de preço.

No início do ano, a ministra da Agricultura Katia Abreu prometeu uma verba de R\$ 1 bilhão para o seguro agrícola voltado para 20 milhões de hectares, área considerada mais vulnerável às mudanças climáticas. A expectativa é que o El Niño ainda cause estragos neste ano. No ano passado, provocou prejuízos em regiões até então não atingidas, como o Estado de Mato Grosso, que sofreu uma estiagem de 35 dias e resultou na perda de 1 milhão de toneladas de soja. "O seguro rural foi insuficiente para os produtores, já que foram feitos investimentos em trato de solo, compra de fertilizantes e renovação de frota. Isso pode causar um aumento na inadimplência", reclama Endrigo Dalcin, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

CRÉDITO

No ano passado, o setor da soja foi o maior afetado pela falta de crédito de pré-custeio, que normalmente é liberado entre abril e maio e é voltado para a chamada "safrinha" do mi-

lho, antes do plantio da soja e para a compra de sementes e fertilizantes usados no plantio.

Em janeiro, a ministra Katia Abreu prometeu ao setor que esse problema não se repetirá em 2016 e garantiu a liberação de R\$ 10 bilhões de pré-custeio por meio do Banco do Brasil.

O governo ainda não anunciou o volume de recursos para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, o que deve ser feito apenas em meados do ano. Em 2015, o volume liberado pelo governo foi de R\$ 187,7 bilhões, sendo R\$ 149,5 bilhões voltados para custeio e comercialização, e R\$ 38,2 bilhões para investimentos. Os números incluíam financiamentos para grandes produtores e para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Em função do quadro econômico, a expectativa é que as liberações do crédito agrícola se tornem mais caras e restritivas. Já em 2015, o governo federal priorizou as liberações para o custeio em função das altas dos preços dos combustíveis e da energia, reduzindo o volume para investimentos, o que é natural em momentos de baixa atividade econômica. No setor do agronegócio, o crédito rural representa 40% do capital de giro dos produtores. Segundo o diretor da Wedekin Consultores, Ivan Wedekin, a provável maior restrição ao crédito irá impactar em conjunto com os reflexos da desvalorização cambial, que contribuirão para o bom resultado dos exportadores em 2015, mas deve afetar os que dependem de insumos importados. "Será um ano com margens mais reduzidas de lucratividade. Mas lucro menor também é lucro", afirma.

OTIMISMO

No campo da pecuária, há um otimismo maior em função da abertura de novos mercados em 2015. Após longas tratativas, o setor de carne bovina conseguiu atender às exigências

APÓS LONGAS TRATATIVAS, O SETOR DE CARNE BOVINA CONSEGUIU ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS DOS MERCADOS DOS ESTADOS UNIDOS E DA CHINA, ALÉM DE REABRIR AS EXPORTAÇÕES PARA ARÁBIA SAUDITA, IRAQUE, ÁFRICA DO SUL E JAPÃO



Foto: Fernando Nunes

“COM CRÉDITO E
DÓLAR VALORIZADOS,
QUE ENCARECEM OS
INSUMOS IMPORTADOS,
2016 SERÁ UM ANO
COM MARGENS
MAIS REDUZIDAS
DE LUCRATIVIDADE.
MAS LUCRO MENOR
TAMBÉM É LUCRO”

**IVAN WEDEKIN, DIRETOR
DA WEDEKIN CONSULTORES**

sanitárias dos mercados dos Estados Unidos e da China, além e reabrir as exportações para Arábia Saudita, Iraque, África do Sul e Japão. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli, a perspectiva é que o faturamento em 2016 atinja US\$ 7,5 bilhões, batendo o recorde de 2014. “Nossa estratégia é a busca por novos mercados nos quais o Brasil ainda não tenha acesso, como México, e países asiáticos, como Taiwan, Indonésia e Tailândia. Queremos também avançar nas negociações para a exportação de carne *in natura* para o Japão e miúdos e carne com osso para a China, que atualmente só importa carne sem osso”, diz. Até novembro de 2015, o volume exportado era de US\$ 5,4 bilhões.

Já a avicultura e a suinocultura foram afetadas por diversos eventos ao longo do ano, como alta nos preços domésticos do milho e da soja e greves de caminhoneiros e fiscais federais, mas o saldo no fim do ano foi positivo, segundo o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (Abpa), Francisco Turra. “A carne de frango se consolidou como o quarto item da pauta exportadora nacional, abrimos novos mercados para aves e ovos e reabrimos outros para suínos”, afirma. Em 2015, as exportações de aves e suínos atingiram US\$ 8,7 bilhões. Segundo Turra, a expectativa para este ano é de crescimento entre 3% e 5% na produção de carne de frango, que foi de 13,136 milhões de toneladas em 2015. Já a carne suína deverá registrar alta de até 3% nos embarques, principalmente em função da demanda de países do Leste Europeu e da Ásia. A expectativa é a abertura de mercado em Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e União Europeia. O principal mercado da carne suína nacional em 2015 foi a Rússia, responsável por 45% das vendas. [8]